

Arqueologia História

Volume nº 58|59 - 2006|2007

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

In Memoriam

Teresa Gamito
João José Fernandes
Gomes



O Vale e o Convento de Chelas

Eduardo Sucena

O vale de Chelas está, de certo modo, ligado à lenda da fundação de Lisboa pelo herói grego Ulisses, lenda em parte resultante de uma incompreensível confusão sobre a velha geografia da Península Ibérica e de versões fantasiosas de autores da Antiguidade sugestionados pelo imaginário da riquíssima mitologia greco-romana. Leite de Vasconcelos defende que essa confusão terá resultado de um fenómeno homófono. E, em nota à sua obra *Religiões da Lusitânia*, diz: “Sabida é a tendência que tinham os auctores antigos para explicarem nomes geographicos e ethnograficos por nomes históricos de fama. Na Iberia há também muitos exemplos d’ella”¹.

¹ J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1989, p. 30.

Que Ulisses, ele mesmo uma figura lendária, nos seus erros tenha arribado à foz do Tejo fundando Ulísseia 300 anos antes da fundação de Roma, e depositado a título votivo rostros de embarcações e escudos de soldados num templo por ele construído no alto dum monte (onde veio a ser construído o Castelo) e dedicado a Minerva (a correspondente romana da grega Atena) é coisa hoje inadmissível. É certo que Asclepiades de Mirleia seguido por Artemidoro e Possidónio, todos citados por Estrabão, a aceitam. Mas nem este último, nem os poemas de Homero *Iliada* e *Odisseia* autorizam tal conclusão, nem escritores graves mais recentes como Masdeu, Lourenço Valas, Gaspar Barreiros, Flores e outros fazem fé nela. É certo que também Gaio Júlio Solino, Marciano Capela e Santo Isidoro de Sevilha acreditaram na lenda, mas isso não garante a veracidade dos supostos acontecimentos que ela veicula, uma vez que todos esses autores antigos partiram do mesmo falso pressuposto, a que também deram crédito espíritos esclarecidos de humanistas como André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcelos, João de Barros, Camões e até mesmo Damião de Goes.

A lenda, que inspirou os temas dos poemas seiscentistas *A Ulísseia ou Lisboa Edificada* (1636) de Gabriel Pereira de Castro e *Olissipo, Poema Heroico* (1640) de António de Sousa de Macedo, não se reduz, porém, ao que atrás ficou dito. Vai mais longe. Afinal, o templo de Minerva, supostamente construído por Ulisses, seria, sim, no Vale de Chelas e quem o diz é o biógrafo de Camões, Manuel de Faria e Sousa². Por Chelas teria andado, a tocar a sua harpa, o centauro Quíron, mestre de Aquiles, e este, por sua vez, ainda segundo a lenda, estivera ali disfarçado de vestal, no templo dedicado à deusa do fogo, para fugir à guerra de Tróia, o que não conseguiu por Ulisses o ter descoberto e levado para essa guerra. Isto,

porém, não passa da transposição para o cenário de Chelas do episódio mitológico em que Ulisses, sabendo pelo espião Ásio que Aquiles, enamorado de Dedamia, filha do Licomedes, fora escondido por Tétis, sua mãe, na corte daquele rei, se fez passar por bufarinheiro para o descobrir e arrastar à expedição a Tróia, onde foi ferido mortalmente no calcanhar por uma flecha disparada por Páris.

Pretendeu-se, aliás, que o próprio nome de Chelas teria derivado de Aquiles (Achilles): Achelis > Achelas > Chelas. Leite de Vasconcelos prefere-o derivado do étimo latino *planus, planellas* > chaellas > Chellas³. Mas há outras hipóteses. Por exemplo: em França existiu a abadia de Chelles (Sena-e-Marne) onde em 1008 Roberto o Piedoso participou na celebração do Pentecostes com os bispos e os grandes senhores do seu reino⁴, a qual ficava na área da estação paleolítica que deu o nome à época *Chelense*. Não é, pois, de excluir que religiosos dessa abadia, aquando da Reconquista ou ainda na vigência da Monarquia visigótica, tenham ali estabelecido um cenóbio dando-lhe o nome da sua casa-mãe que, aporuguesado, deu Chelas, nome que no tempo de D. João I se grafava *Celhas* e que tem afinidades com Celas, em Coimbra, onde havia também um célebre convento, este cisterciense (séc. XIII).

Que o sítio de Chelas foi banhado por um esteiro do Tejo, parece não oferecer dúvidas. Esse esteiro prolongar-se-ia até à baixa da Paiã, alagada na Pré-História e que comunicaria com o rio de Sacavém. Dele persistiam ainda no século XVI “numerosas petrificações marinhas conservadas no solo”⁵, segundo Júlio Castilho, o qual informa ainda que em 1840 e tal, numa escavação realizada em Santo Eloi (Pontinha) foram encontrados “os restos de um grande cais”, o que confirmaria a navegabilidade até aí desse esteiro. Se bem que não existam, que saibamos, estudos, pelo menos actualizados, da geologia daquela zona oriental de Lisboa, ao contrário do que sucede com a Baixa⁶, é todavia razoável aceitar-se que o braço do Tejo banhava, na época dos primórdios do cenóbio, o local da sua implantação. Luís Marinho de Azevedo diz que “no lugar em que hoje [1652] está o claustro do Convento, se acharão no tempo da reedificação [1604] muitas argolas de ferro, e bronze, prezas nas pedras de hum caes de enxelharia, a que se amarravaõ as embarçaõens, que pelo esteiro subiaõ até o templo, de que ficou memoria no letreiro da pedra, que fica sobre a Capella de S. Felix”⁷.

² Luís de Camões, *Lusíadas*, comentados por Manuel de Faria e Sousa, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972, pp. 381-382.

³ J. Leite de Vasconcelos, “Da Etymologia de Chellas”, *Revista Arqueologica e Historica*, vol. IV, n.º 1, Lisboa, Janeiro, 1890, p. 38.

⁴ Georges Duby, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, tradução de Maria Helena Costa Dias, 2.ª edição, Lisboa, Estampa, 1994, p. 151.

⁵ Júlio Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. 1, 2.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 292.

⁶ Cf. Isabel Moitinho de Almeida, “Caracterização geológica do esteiro da Baixa”, *Revista Monumentos*, Setembro, 2004, pp. 152-157.

⁷ Luiz Marinho de Azevedo, *Fundaçam, Antiguidades, e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa*, Primeira Parte, Capitulo VI, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1753, p. 22.

O letreiro acima referido seria o que Vilhena Barbosa transcreve⁸ e diz:

ESTE CONVENTO É DE CONEGAS
REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO POR
ESCRITURAS ANTIQUISSIMAS.
FOI CASA DAS VESTAES ANTES DA VINDA
DE CHRISTO NOSSO SENHOR, O QUE SE
VÊ PELOS VESTÍGIOS DE PEDRAS QUE
ESTÃO NA CRASTA VELHA, E PELO CIPPO
DE JULIA FLAMINEA, E ARA DAS VESTAES,
COM O BURACO DA URNA DO
IGNE PERPETUO.
ASSIM QUE SE ACHA SER REEDIFICADA
ESTA CAPELLA QUATRO VEZES, UMA EM
TEMPO DAS VESTAES, OUTRA NA
PRIMITIVA EGREJA DE HESPANHA,
E DUAS DEPOIS.

Frei Luís de Sousa insurge-se contra a veracidade dessa inscrição, considerando-a uma fraude destinada a retirar aos frades da sua Ordem “o título de fundadores do Mosteiro”⁹ de Chelas e argumentando também contra a hipótese de ter ali existido um templo de vestais por, segundo ele, as não ter havido fora de Roma. Da mesma opinião não é D. Rodrigo da Cunha, que admitia ter ali havido o culto do fogo perpétuo, já praticado por Caldeus, Medos, Assírios, Egípcios e Persas, e que sacerdotisas desse culto – as vestais – já as havia em Tróia, Lavínio e Alba Longa antes da fundação de Roma¹⁰. Mais cauteloso, Frei António Brandão diz: “ainda assi fica duvidoso, se morarão as Vestaes em Chellas, que em tanta antiguidade não há certeza”¹¹.

Peças arqueológicas encontradas em 1604, de que nos dão notícia António Cardoso Borges de Figueiredo¹² e Inácio de Vilhena Barbosa¹³, atestam uma marcada presença romana no local. Uma, era um marco miliário da via Olisipo-Bracara, da época do imperador Macrino (217/8) ou de Magnêncio (350/3), o que revela que essa via passava por ali. A mais notável era o friso da tampa de um sarcófago, que de cada lado de um rectângulo vazio tem esculpidas as musas Tália (Comédia) e Melpómene (Tragédia), Polímnia (Poesia) e Clio (História), cada uma delas acompanhada por uma figura que poderá representar um escritor. Esse friso, também referido pelo Dr. Leite de Vasconcelos¹⁴, está depositado no Museu Arqueológico Nacional e pertenceria talvez ao

túmulo de um literato. Mas, havia, inclusivamente, moedas acerca das quais não existe notícia da sua identificação. Conjectura por isso Borges de Figueiredo, citado por A. Vieira da Silva, que o povoado de Chelas teve por “início uma casa de campo ou vila dum rico cidadão de Olisipo pertencente à tribo Galéria, com o nome de Júlio”¹⁵, acrescentando o segundo daqueles autores: “O que, porém, parece certo, é que houve, no sítio onde se fundou o mosteiro, algum edifício importante durante o domínio romano”¹⁶. Ora esse edifício poderia ser, provavelmente, um templo ou incluía um templo. De vestais, como é de tradição e defende D. Rodrigo da Cunha? A favor dessa presunção estaria, além da inscrição atrás transcrita, uma pedra mencionada por Vilhena Barbosa com a seguinte inscrição:

ERA DE 300 QUE ESTE CONVENTO TEVE
PRINCÍPIO DAS VESTAES CCC.

Nesse ano governava Roma o imperador Diocleciano e estava-se na *era dos mártires*. Sobre aquela pedra, que parece ter desaparecido, nada mais, porém, se sabe.

Um cipo funerário, partido, em pedra mármore, de 63 palmos (Fig. 1), recolhido no Museu do Carmo, de que não se encontra registo no respectivo *Roteiro*, teria a seguinte inscrição:

IULIA. Q.F. F. V.
Q. IULIUS. Q.F. C.
SEVERUS
H.S. SUNT

⁸ Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Arquivo Pittoresco*, vol. VII, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1864, pp. 374-376.

⁹ Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I, Capítulo XXXIII, 3.^a edição, Lisboa, Typografia do Panorama, 1866, pp. 121-122.

¹⁰ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXVIII, Lisboa, 1642, p. 150.

¹¹ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, vol. 2, Livro X, Capítulo XXXVI, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1806, p. 307.

¹² António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas” *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV, n.º 1, Lisboa, Janeiro, 1890, pp. 1, 15, 30, 37, 126 e 128.

¹³ Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Arquivo Pittoresco* [...], pp. 374-375.

¹⁴ J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 382-383.

¹⁵ A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a História de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp. 66-67.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 200.

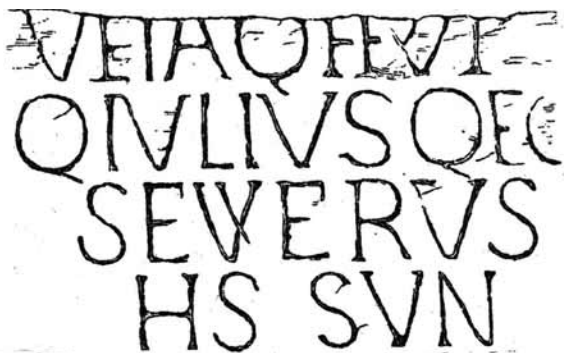


Figura 1

Vilhena Barbosa leu-a assim:

IULIA QUINTI FILIA FLAMEN VESTALIS IULII,
QUINTUS IULIUS QUINTI FILIUS, CAIUS
SEVERUS
HIC SEPULTI SUNT

Que em vernáculo seria:

AQUI ESTÃO SEPULTADOS, JÚLIA FLAMINEA,
VESTAL, FILHA DE QUINTO,
QUINTO JÚLIO FILHO DE QUINTO,
E CAIO SEVERO

Ora, Borges de Figueiredo faz outra leitura dessa inscrição:

[I]IULIA Q. F [ilia] FVN [dana]
Q. IULIUS Q. F [ilius], G [al (eria tribu)],
SEVERUS
H. [ic] S.[iti] SVN [T].

Tradução :

JÚLIA FUNDANA
QUINTO JÚLIO SEVERO DA TRIBO GALERIA
FILHOS DE QUINTO JÚLIO FUNDANO
AQUI ESTÃO SEPULTADOS

Sendo assim, a suposta vestal Júlia Flamínia não passava de uma tal Júlia Fundana, sepultada com o seu irmão Quinto Júlio Severo (sendo ela a primogénita), ambos filhos de Quinto Júlio Fundano, sujeito que na opinião daquele arqueólogo, se não foi o edificador da vila romana de Chelas, era um seu descendente¹⁷.

A “ara das vestaes com o buraco da urna do igne perpetuo” referida no letreiro atrás transcrito, que segundo Vilhena Barbosa estaria no claustro velho, e que ele descreve como sendo “quadrada de alabastro, com um buraco oval no meio, e quatro mais pequenos nos cantos”¹⁸, não a encontrou Borges de Figueiredo apesar das diligências que fez para a localizar. Mas, diz ele, admitindo ter sido essa pedra “a parte superior dum altar domestico, a *ara impluvii* com a sua competente cavidade (*focus, foculus*) onde se accendia o fogo e se consumiam as *offertas*”, que ela “fosse a parte superior d’um monumento funebre; o buraco oval seria a cavidade do cippo destinada a conter as cinzas; e os quatro pequenos buracos dos angulos seriam feitos com o fim de nelles se collocarem outras tantas pequenas urnas funerarias”¹⁹. O que se lhe deparou e que a tradição dizia ser a *ara das vestaes* foi “uma pedra quasi quadrada, com uma larga cavidade rectangular d’um lado e arredondada do outro, e com um só orificio da banda semi-circular”²⁰ que identificou como sendo, afinal, uma simples pia de esgoto....

Caíam por terra, desse modo, os pretensos vestígios do culto de Vesta em Chelas. De qualquer forma, a hipótese de a primitiva igreja desse sítio ter sido erguida sobre ruínas de um templo romano, que poderia ter pertencido à vila rústica de um próspero membro da tribo Galéria, predominante em Olisipo, é perfeitamente aceitável, dada a frequência de locais sacralizados em que a cultos de deuses pagãos se sucederam cultos cristãos e, por vezes, a estes sucedeu o culto do Islão e vice-versa. No caso presente, o que parece óbvio é ter um templo romano precedido uma igreja paleocristã, que já existira na época em que Recensvinto governava a Monarquia visigótica e o papa S. Vitaliano presidia à Cristandade (século VII). Teria sido então que ali chegaram as relíquias de S. Félix, conforme a pedra referida por D. Rodrigo da Cunha “q em Chelas se vê, & tem o nome de S. Félix, com os 13 de Dezeb, & era de Cesar 704, que são annos de Christo 666”²¹. Vilhena Barbosa descreve essa pedra como sendo “de forma circular, de mármore avermelhado” e traduz a respectiva inscrição em caracteres romanos, rectificando aquela data: “Em os idos de dezembro de 703

¹⁷ António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas”, *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV [...], p. 126.

¹⁸ Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 379.

¹⁹ António Cardoso Borges de Figueiredo, “Antiguidades Romanas de Chellas”, *Revista Archeologica e Historica*, vol. IV [...], pp. 7-8.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 7.

²¹ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Capítulo XXXIII, [...], p. 151.

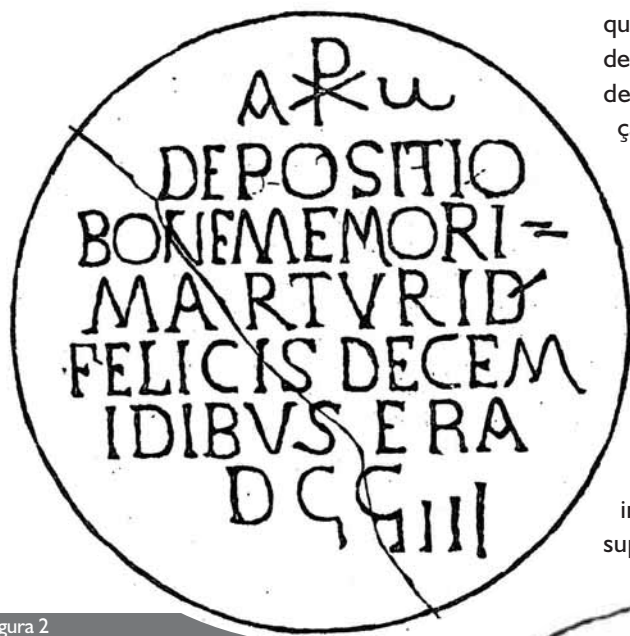


Figura 2

(13 de dezembro de 665 da era de Christo) se fez o depósito de S. Felix, de boa memoria, martyr do verdadeiro Deus”²² (Fig. 2). Foi este, portanto, o facto que deu motivo à invocação da igreja, que ainda hoje se mantém.

São, porém, desconhecidas as circunstâncias em que as relíquias do Santo (martirizado em Gerona, Catalunha, em 1 de Agosto de 301) ali vieram parar. O arcebispo diz que tudo constava de pergaminhos que sobre elas estiveram dependuradas durante muito tempo e que desapareceram “perdendo-se com elles toda a noticia desta tresladação”²³. Há uma tradição segundo a qual as relíquias teriam chegado ao sítio de Chelas numa barca que, subindo o esteiro, ali aportara. Um caso, afinal, idêntico ao que ocorreria com as relíquias de S. Vicente, no tempo de D. Afonso Henriques. Ora já em relação a este se levantara a dúvida sobre se o esteiro da Baixa seria ainda navegável nesse tempo. Júlio de Castilho²⁴, na senda de seu pai António Feliciano de Castilho, garante que sim; que ele ainda existia no terceiro quartel do século XII²⁵, apoiado em ponderosa argumentação. A ser assim, não custa a crer que o esteiro de Chelas fosse navegável no século VII.

No século IX, reinando em Leão Afonso III o Magno, o Conde Jesuado, senhor das Montanhas de Bohnal, recolhendo de uma embaixada ao papa João VIII (872-882)²⁶, que o presenteara com relíquias, entre as

quais as de Santo Adrião, de sua mulher Santa Natália e de onze companheiros, terá passado por Chelas onde deixou parte dessas relíquias, que também ali começaram a ser veneradas. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*²⁷, que trata largamente daquele reinado, regista apenas uma embaixada de Afonso III a Roma, em 847, constituída pelos clérigos Sueiro e Desidério, a pedir a criação do arcebispado de Santiago. Mas isso não prova, é claro, que não tenha havido outra ou outras²⁸ e Frei António Brandão, que nos dá aquela notícia, apoiou-se em autores como Morales e Yepes.

Uma outra pedra mencionada por Vilhena Barbosa, também de forma circular, (tal como a da inscrição de São Félix), de que só restava a metade superior (Fig.3), aludiria ao depósito das relíquias dos

referidos mártires, sacrificados em

Nicomédia de Bitínia no tempo dos co-imperadores Maximiano e

Diocleciano

(286-305). Estava então o

actual território português,

pelo menos a

sul do rio



Figura 3

Douro, sob o domínio árabe, embora nele permanecesse a população moçarabe, isto é, os cristãos submetidos, mas que continuavam a professar a sua fé, mediante o pagamento de um tributo. Em Chelas, zona rural e pouco habitada, devia subsistir a igreja da invocação de S. Félix, que devido à distância a que se encontrava de Aschbouna ou Lissibona (como os mouros denominavam Lisboa) não lhes daria grande cuidado. Em 877 ocorreu, porém, a investida do rei

²² Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco* [...], p. 376

²³ Idem, *Ibidem*, p. 376.

²⁴ Cf. Júlio Castilho, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais (Segunda Parte)*, vol. I [...], pp. 273-283.

²⁵ Cf. António Feliciano de Castilho, *Quadros Históricos de Portugal*, nova edição, prefaciada e revista por Justino Mendes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1989, p. 238.

²⁶ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p. 309.

²⁷ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1954, pp. 456-457.

²⁸ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Parte II, Cap. XXXIX [...], p. 151 diz que o embaixador era o Conde Servando e o papa, Leão III. Ora isto parece improvável, dado que Leão III exerceu o Pontificado entre 795 e 816 e Afonso III o Magno reinou de 837 a 887. Por outro lado, D. Rodrigo da Cunha diz que este último, com o remanescente das relíquias, fundou na vila de Tunho, “pelos anos de 701”, um mosteiro com o título de Santo Adrião e Santa Natália, baseado em Morales. Como podia ser isso?



Figura 4

trabalhadas entre as que o Ministério da Guerra enviou em 1898 para o Museu Arqueológico do Carmo³⁰, onde

leonês, que terá chegado ao Tejo, ignorando-se que consequências ela poderá ter tido na vida desse templo cristão, que, é de crer, fosse um dos primeiros que existiram no que é hoje Portugal, segundo D. Rodrigo da Cunha²⁹.

Dessa igreja paleocristã, pré-existente ou construída para acolher as relíquias de S. Félix e dos seus onze companheiros, restaram algumas pedras tra-

estão expostas. Uma dessas pedras é um fragmento de pilar esculpido em calcareo vermelho, que apresenta entre profusos elementos vegetalistas, numa face dois círculos, e um na outra, com animais fabulosos, pégaso e grifo ou o pássaro o divino *Simorgh* em representação tardia³¹. Luís Marinho de Azevedo e Vilhena Barbosa tomaram essa peça por romana, mas Borges de Figueiredo discorda e, considerando o seu estilo ornamental e a execução do baixo-relevo, atribui-lhe origem românica (Fig. 4.).

Há também um friso, que seria da capela-mor, dividido em duas fachas, a superior com figuras de leões e, por detrás deles, árvores que poderão ser palmeiras, e a inferior com uma contínua haste de vide com cachos de uvas e parras, igualmente tido por romano por Vilhena Barbosa, mas que Borges de Figueiredo reputa também românico (Fig.5). No *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo* Paulo de Almeida Fernandes atribui-as aos séculos IX-X, mas não deixa de notar que as decorações dessas peças são reproduzidas de fragmentos têxteis bizantinos³², Ora convém não esquecer que Olisipo esteve sujeita ao domínio bizantino a partir da segunda metade do século VI,

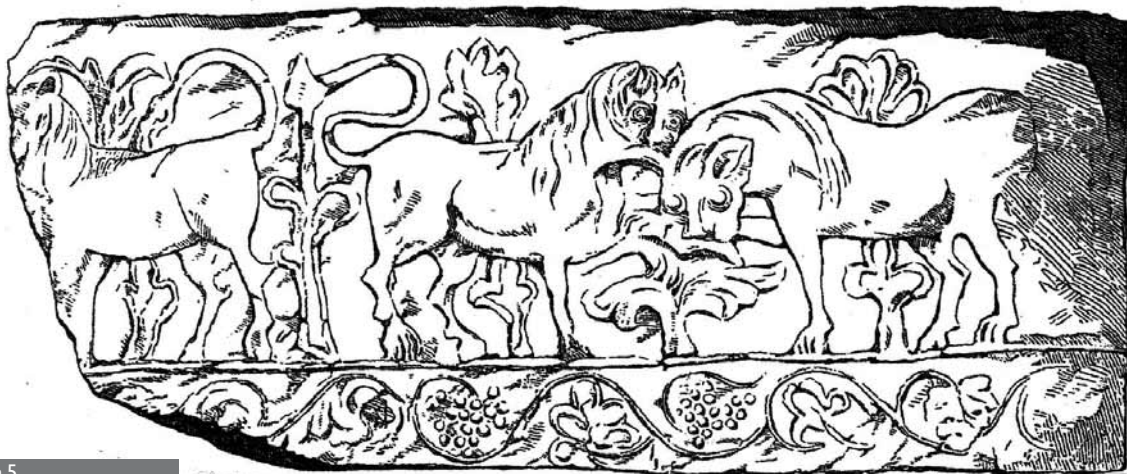


Figura 5

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 150.

³⁰ *Livro de Actas da Assembleia Geral da Associação dos Architectos Portuguezes* referente a 1898-1903, p. 19.

³¹ Paulo de Almeida Fernandes, "Escultura da Alta Idade Média Cristã", *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo*, coordenação de José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses/Museu Arqueológico do Carmo, 2002, p. 65.

³² Idem, *Ibidem*, p. 65.

³³ José Augusto Correia de Campos, *A Propósito das Muralhas Antigas de Lisboa*, separata do *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXVI, Braga, 1985, pp. 5-24..

³⁴ Francisco José Velozo, "Ciclo suévico-bizantino e não ciclo visigótico (409-711)", separata da *Revista da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, n.º 20, Lisboa, 1954, pp. 5-10.

conforme defendem José Augusto Correia de Campos³³ e Francisco José Veloso³⁴. Sendo assim, não poderão elas ser mesmo bizantinas? A serem, aquela datação terá de recuar uns três séculos. Além dessas pedras fragmentadas há ainda naquele Museu um capitel românico datado, no *Roteiro*, do século XII, também proveniente de Chelas.

Por sua vez, Vilhena Barbosa refere uma pedra com três letras góticas E:D:M: (Fig. 6), iniciais de *Era Domini Millia [millesima]* (Era do Senhor de mil) por cima da

qual se encontrava outra “de forma quadrada, ressaltando da parede [do quintal da sacristia], e que não terá menos de metro e meio em cada face”. Esta pedra “guarnecida de moldura e esquadrelada, tendo em dois quadrados duas rosas ou florões, e nos outros dois um lavor espherico a modo de botão” crê Vilhena Barbosa “ser peça do tecto de um peristilo”³⁵ e de fábrica romana. Borges de Figueiredo, que dá o desenho dela, concorda tratar-se de trabalho romano. Pertenceria a um edifício da vila rústica.

Os vestígios arqueológicos acima mencionados sugerem, pois, que antes de 1147, ano da tomada de Lisboa aos Mouros, no local da igreja de Chelas se sucederam várias construções, não nos dando, porém, nenhuma indicação de quando essa igreja foi acrescentada com o cenóbio, o qual, forçosamente, já existia antes daquela data.

Um manuscrito de 1650, da autoria de Frei Timóteo dos Mártires, notário apostólico de Santa Cruz de Coimbra, intitulado *Memorias de Santa Cruz*³⁶, diz assim: “He de saber que entrada a Cidade de Lisboa em 25, de Outubro da Era de, M.c.l.xxx.v = que he Anno, 1147 = pelo valoroso Rey Dom Affonso Henriques, e lansados



Figura 6

os Mouros fora, mandou logo purificar as Igrejas que ainda avia em pé na Cidade, e fóra della pello nosso Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, foi huma a Igreja de São Felix de Chellas. Tinha esta Igreja uma claustro e cujas paredes avia algumas cruces semelhantes às que avia na Igreja, pello que mostrava fora sagrada. Por estas cruces, claustro, e officinas que ao redor della estavam quasi arruinadas, entendeu o Arcebispo, que naquelle lugar ouvera antes mosteiro. Comunicando isto com elRey Dom Affonso Henriques, e com o novo bispo D. Gilberto, assentarão se restaurasse este mosteiro à honra dos Santos Martyres que, segundo a tradição antiga, alli estavam supultados. Restaurado, e reedificado o antigo mosteiro de Chellas, escreveu o

Arcebispo para Coimbra ao Padre Santo Theotonio, e com licença sua vierão do mosteiro das Donas de São João pera este de Chellas tres religiosas Conegas, e para Prioressa sua irmã Justa Rabaldes, que se chamava, da Crus; conega também do mesmo mosteiro. Acompanharão a estas quatro religiosas alguns Conegos do mosteiro de Santa Crus pera ficarem com ellas n'este mosteiro de Chellas, que ahi forão tomando o nosso Santo habito Canonico. Tudo isto consta de escripturas antigas dos nossos cartorios”³⁷.

Há aqui, porém, uma dúvida. Se o Convento de Chelas foi imediatamente habitado por cónegas e cónegos regrantes de Santo Agostinho, após o restauro da igreja e do cenóbio por D. Afonso Henriques, este tê-los-ia doado depois aos Templários, segundo Cristovão Rodrigues Acenheiro³⁸. Frei António Brandão, por seu lado, pretende que essa doação foi feita à Ordem de S. João [de Jerusalém] ou Ordem do Hospital, depois Ordem de Malta³⁹ e confirma que viu na Torre do Tombo (Livro I dos Forais antigos, fol. 69), uma escritura de 1192 em que D. Sancho I faz a doação aos frades de Chelas de uma vinha, doação confirmada por D. Afonso II por outra escritura, em 1219⁴⁰. De que Ordem fossem esses frades (ou freires) é que ele não conseguiu tirar a limpo, talvez por aqueles documentos o omitirem.

Mudados os freires templários ou hospitalários para o interior da cidade muralhada, voltariam as freiras a ocupar o convento de Chelas, onde entre 1220 e 1226 o quarto bispo de Lisboa D. Soeiro (II) Viegas fez importantes obras. Há notícia de, no reinado de D. Afonso III, as freiras de Chelas terem celebrado várias escrituras, que foram consultadas por Fr. António Brandão, designadamente uma de 1271⁴¹ em que o rei escamba herdades com a prioressa Tareja Fagundes, à qual sucedeu Maria Sebastião.

O que diz Frei Timóteo acerca do povoamento do convento por religiosos de ambos os sexos da sua Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ainda no tempo de D. Afonso Henriques, pode ter talvez uma explicação. A figura máxima da Igreja portuguesa

³⁵ Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 380. Nicolau de Santa Maria, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarhca S. Agostinho*, 2 vols., Lisboa, Oficina de Ioam da Costa, 1668.

³⁶ Timotheo dos Martyres, *Memorias de S. Cruz*, 1650, *apud* Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 408..

³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 408-409.

³⁸ *Apud*, António Coelho Gasco, *Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa* [...], Primeira Parte, Coimbra, 1924, p. 175.

³⁹ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p.310.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 310.

⁴¹ AA/TT, *Livro das Mercês & Foraes del Rey Dom Afonso III*, fol. 26..

era então o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, ele mesmo religioso dessa Ordem, que não custa a crer tenha escolhido sua irmã Justa Rabaldes da Cruz para priora, cuja sepultura veio a ser encontrada e por ordem do bispo D. Soeiro Viegas colocada na parede da igreja, do lado do Evangelho com a pedra de seu epitáfio⁴².

É de ponderar, com efeito, que desde 1147 até à morte do primeiro rei (1185), decorreram 38 anos, e nesse espaço de tempo podia muito bem o cenóbio de Chelas ter sido duplex, com freiras provenientes do convento das Donas de S. João, anexado ao de Santa Cruz de Coimbra, e frades deste mosteiro, sendo umas e outros substituídos por freires-cavaleiros de algumas das mencionadas Ordens militares para, mais tarde, ser só de freiras. É possível!

Frei Luís de Sousa⁴³ insurgindo-se, como atrás se disse, com os termos do letrado que dá essas freiras como sendo cónegas regantes de Santo Agostinho, quer à viva força que elas fossem da Ordem dominicana, de que ele foi o cronista. Aduzindo farta argumentação em abono da sua tese, menciona, inclusive, os termos de um breve de Clemente III, datado de 1266, em que este Papa se refere às freiras ou sorores de Chelas da *Ordem de Santo Agostinho*, as quais “há mais de trinta anos [portanto, pelo menos desde 1236] que vivem segundo os estatutos, debaixo do governo dos amados filhos, os Frades da Ordem dos Pregadores”⁴⁴. E, para reforçar o seu ponto de vista, menciona ainda a procuração da priora Tareja Fagundes passada em 1292 a favor de D. Fernando Frutuoso em que, para o fim da mesma, solicita a autorização de D. Frei Gil, prior dos Frades Pregadores de Lisboa “de cuja Ordem nos somos sojeitas”⁴⁵. Comentando isto, Frei António Brandão⁴⁶ escreve: “Não he cousa nova, que as Freiras de huma Ordem se sujeitem a outra, mayormente quando em ambas se guarda a mesma regra, como

vemos fizerão as freiras de Semide, as quais sendo do hábito negro do Patriarcha São Bento, guardarão os Estatutos & Reza de Cister até nossos tempos (como o fazem ainda as de Muimenta da Beira), & forão governadas por Monges de Alcobaça. Assi parece que fizerão as Freiras de Chellas, as quais por mayor perfeição guardarão algum tempo os Estatutos de São Domingos & se sojeitarão à sua Ordem, sendo Conegas Regulares”⁴⁷.

A sujeição à Ordem de São Domingos era de natureza administrativa e de observância dos seus Estatutos, de que, aliás, as freiras de Chelas se libertaram mais tarde quando “deixarão de todo a Reza e Ceremonias dos Frades Pregadores” em razão de “as Religiosas não quererem goardar a clausura, & mais rigores a que as obrigavão”⁴⁸.

Pode-se pois concluir, e assim o entende Fortunato de Almeida⁴⁹, que as freiras de Chelas sempre foram cónegas regantes de Santo Agostinho (e não dominicanas) na verdade ciosas de certas prerrogativas, entre elas a de disporem de bens próprios.

São escassas as informações que até nós chegaram sobre a vida conventual até ao reinado de D. Manuel I, que tendo subido ao trono em 1495 logo em princípios do século XVI fez na igreja importantes obras de que subsiste no nártex o portal trilobado e que contava então com 48 freiras e 12 noviças⁵⁰. No reinado de D. João III, Chelas teve uma notável priora, D. Maria da Silva, cuja acção reformadora mereceu o apreço do monarca e que tendo vivido ali 42 anos faleceu em 21 de Janeiro de 1589. Existe na igreja a sua sepultura que, aberta trinta e três anos depois, continha o corpo consumido, mas o véu intacto. Sucessos idênticos ocorreram com as freiras D. Helena do Espírito Santo, que exerceu durante largos anos o cargo de porteira do convento, falecida em 1596, e com a freira Brites da Paixão, falecida em 1603, em cujos túmulos, passados anos, foram encontrar os seus véus intactos.

Anos antes, em 1580, soldados indisciplinados do Duque de Alba haviam tentado assaltar durante a noite o convento sem conseguirem entrá-lo. Frei Luís de Sousa atribui isto a um milagre em que vinte e cinco cavaleiros encapuzados, de alvas vestes, montados em cavalos brancos (os mártires de que ali existem as relíquias) teriam ocorrido em socorro das freiras, afugentando os assaltantes⁵¹. No mesmo ano do trespassse da priora Brites da Paixão, com o desembarque dos ingleses em Peniche (que deu lugar ao aforismo “amigos de Peniche”, sinónimo de “amigos da onça”) e a sua marcha sobre Lisboa, onde chegaram a 30 de Maio, novo sobressalto para as

⁴² Transcrito por D. Teotónio de Melo, *Memorias da Ordem Canonica de Santo Agostinho em Portugal*, 1604.

⁴³ Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], 122-128.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 124.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 127.

⁴⁶ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X, [...], p. 313.

⁴⁷ Frei António Brandão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada com introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 157.

⁴⁸ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, Livro X [...], p. 312.

⁴⁹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 134.

⁵⁰ Cristovão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 155-Sumário*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 77.

⁵¹ Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], pp. 131-132.

freiras de Chelas que se refugiaram dentro da cidade com receio de desacatos dos “hereges”.

Uma freira que também morreu em cheiro de santidade, em 16 de Janeiro de 1617, e tem o seu túmulo na igreja de Chelas, foi D. Filipa do Espírito Santo. Frei Luís de Sousa dedica-lhe várias páginas, encarecendo os setenta anos de vida monástica dessa religiosa, que era irmã do arquitecto de Filipe II (1.º de Portugal), Nicolas de Frias⁵². O convento tinha então sessenta freiras⁵³. Além das já mencionadas há ainda que referir as prioresas D. Isabel dos Anjos, falecida em 18 de Maio de 1638, e D. Juliana de Noronha, esta falecida no mesmo dia e mês, ambas igualmente tumuladas na nave da igreja.

Novas e profundas obras foram realizadas no convento em 1604, sendo arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e prioresa D. Luísa de Noronha. Data desse ano a trasladação dos mártires, com a presença do arcebispo, das duas arcas de mármore em que haviam sido encerrados no tempo de D. Afonso Henriques, para vinte e seis esculturas-relicário de meio corpo. Em metade delas, colocadas de lado do Evangelho, na capela-mor, ficaram as relíquias de S. Félix e dos seus doze companheiros; e, na outra metade, colocada de lado da Epístola, ficaram as de Santo Adrião, de sua mulher Santa Natália e dos onze companheiros destes. Encimando cada grupo de esculturas e respectivo altar, viam-se as seguintes inscrições:

Lado do Evangelho

ESTA CAPELLA SE REEDIFICOU EM TEMPO DO ILLUSTRISIMO SENHOR D. MIGUEL DE CASTRO, ARCEBISPO DE LISBOA, PRELADO D'ESTA CASA, COM CUJO GOVERNO FOI SEMPRE ADMINISTRADA ANTES DOS REIS DE PORTUGAL, COMO SE VÊ DE UM CIPPO FEITO NA ERA DO S. DE MIL, E DAS ARMAS DE ELREI WAMBA, QUE REPARTIU OS BISPADOS EM HESPAÑA, O QUE TUDO SE ACHOU N'ESTA REEDIFICAÇÃO, COM RUÍNAS DE UM CAES DE ENXELARIA, ONDE DESEMBARCARAM ESTES SANTOS MARTYRES, POR ESTE VALLE SER MAR⁵⁴.

BEATISSIMO XPI DNI MARTIRI FELICE
DIACONO, ALIIS QUE XII MARTIRIBUS QUI
IMPORUM GLADIIS SUB DIOLECIANO
OCCUBUERUNT, QUORUM CORPORA HIC
JACENT, ANTE ALPHONSUN I PORTU. REGEM,
HOC ALTARE EST DICATUM.

(ESTE ALTAR SE DEDICOU AO BEATÍSSIMO
MARTIR DE CRISTO NOSSO SENHOR FÉLIX
DIÁCONO, E A OUTROS DOZE
COMPANHEIROS, QUE FORAM MORTOS PELOS
TIRANOS, SENDO IMPERADOR
DIOCLECIANO; CUJOS CORPOS AQUI JAZEM
SEPULTADOS ANTES DO TEMPO DE D. AFONSO
PRIMEIRO REI DE PORTUGAL).

Lado da Epístola

FIDELISSIMO AC INVICTISSIMO XPI DNI
MARTIRI ADRIANO ET NATALIE, UXORI EVUS
ALIIS QUE UNDECIM SOCIIS, QUI SUB
MAXIMIANO VARIO TORMENTORRUM
GENERE OCCUBUERE, QUORUM CORPORA
ANTE ALPHONSUM PRIMUM PORTUGALIE
REGEM HIC QUIESCUNT, HOC ALTARE EST
DICATUM.

(DEDICOU-SE ESTE ALTAR AO FIDELÍSSIMO E
INVICTÍSSIMO MÁRTIR DE CRISTO NOSSO
SENHOR ADRIÃO, E NATÁLIA, SUA MULHER, E
OUTROS ONZE COMPANHEIROS, OS QUAIS,
IMPERANDO MAXIMIANO, FORAM MORTOS
COM VÁRIOS GÊNEROS DE TORMENTOS, CUJOS
CORPOS DESCANSAM NESTE LUGAR ANTES DE
D. AFONSO PRIMEIRO REI DE PORTUGAL).

Em 20 de Setembro de 1654 um incêndio deflagrou no convento, mas não sabemos quais os estragos que sofreu e se estes afectaram somente o edifício conventual ou também a igreja. Aliás, esta casa religiosa parece ter sido atreita a esse tipo de sinistros. Quem o diz é Frei Luís de Sousa, sem no entanto especificar as respectivas datas e consequências: “aconteceu muitas vezes pregar-se fogo no Mosteiro, casa de edifício velho, e desamparada de auxílio de homens, atear-se em madeira seca, estar longe a agoa, assoprarem ventos”⁵⁵.

⁵² Idem, *Ibidem*, pp. 135-140.

⁵³ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, prefácio e notas de Francisco Santana, fac-símile da edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena Bastos, Lisboa, Vega, 1991, p. 535.

⁵⁴ Se esta transcrição, feita por Vilhena Barbosa, “Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito)”, *Archivo Pittoresco*, vol. VII [...], p. 376, está correcta, temos de concordar que a sua redacção é algo abstrusa.

⁵⁵ Frei Luís de Sousa, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. I [...], p. 130.

Provavelmente por esse motivo, as obras continuaram em Chelas. A portaria tem a data de 1667 e será dessa campanha o revestimento azulejar policromo, tipo tapete, do respectivo átrio e das paredes do claustro de dois pisos; o térreo, de arcaria apoiada em colunas, de sete tramos por lado, e o superior de elegantes colunas que suportam o telhado; ao centro tem uma fonte rodeada por bancos de espaldar inclinado e alegretes de azulejos azuis e brancos. Este claustro, que datará, talvez, da campanha de obras do tempo do arcebispo D. Miguel de Castro, não é, porém, como se disse, o primitivo, o qual tanto podia ser no mesmo local como na parte posterior do edifício conventual, onde ainda se pode ver o que resta do aqueduto que, a partir da Bela Vista, abastecia de água o convento.

O terramoto do 1º de Novembro de 1755 provocou importantes danos no convento e na igreja, implicando mais uma campanha de obras, que decorreu de 1756/57 até, pelo menos, 1780.

Com a extinção, em 1834, das Ordens religiosas e a morte da sua última freira, o Estado apropriou-se do edifício do convento, mas a igreja continuou aberta ao culto. Segundo Luís Gonzaga Pereira ela tinha capacidade para 600 fiéis e, além da capela-mor, de abóbada de canhão com caixotões, possuía mais seis capelas (uma de cada lado do arco triunfal e duas de cada lado da nave). Algumas das capelas tinham retábulos pintados em madeira, da escola de Grão Vasco. “Toda a Igreja e capellas são obra de ornato de bom gosto (apesar de antigo) e muitos dourados” – escreve aquele autor e acrescenta que na sacristia existiam “dous quadradinhos de santos da Ordem de St.ª Theresa [Ordem Carmelita], que são insignes”⁵⁶ e um arcaz de madeira do Brasil.

Ou ainda em 1898, quando o Ministério da Guerra enviou para o Museu Arqueológico do Carmo as peças já atrás mencionadas, ou após a implantação da República, a igreja foi despojada da sua ornamentação, sabendo-se que, em 1923, servia de depósito de materiais explosivos. Quanto ao seu recheio, temos notícia de o órgão estar hoje no coro da igreja de São Nicolau; de um painel de azulejos de remate semicircular, de autor desconhecido, de finais do século XVII, representando

“São Miguel a derrotar o demónio”, que terá pertencido a uma das capelas laterais, estar no Museu do Carmo, onde também está uma série de 14 painéis de azulejos azuis e brancos, como os do anterior, estes em estilo rococó, representando cenas da Paixão de Cristo, atribuídos a Francisco Jorge e datados de 1780⁵⁷, possivelmente provenientes das paredes da nave.

Num terreno por detrás da igreja fora construída e inaugurada, em 14 de Março de 1898, uma fábrica de pólvora sem fumo, produzida segundo o método do coronel António Xavier Correia Barreto, a qual utilizou inicialmente motores Sulzer e esteve em grande actividade no período da primeira grande guerra⁵⁸. Na década de 20 passou a dispor dum motor Krupp notável peça arqueológica industrial ainda lá existente e que deveria ser devidamente preservada, pois, além dela, só existe outra na Holanda.

Quanto ao grandioso edifício conventual, constituído por rés-do-chão (com lojas e habitações que serviram para alojar pessoal da fábrica) e três andares, acolheu no primeiro andar o Arquivo Geral do Exército, e nos dois superiores foi instalado um recolhimento de viúvas e órfãs de oficiais.

Na madrugada de 19 de Agosto de 1923 deflagrou no terceiro andar do edifício um violento incêndio, que pôs em risco a vida das 29 pensionistas ali recolhidas e que se propagou ao segundo, ficando ambos devastados. Salvou-se o primeiro andar, devido à sua sólida construção abobadada, pouco sofrendo o Arquivo. Veio a apurar-se que se tinha tratado de fogo posto pela pensionista de cor negra, Felizarda Emília Tavares, de 70 anos, natural de Luanda, uma demente que já antes estivera internada num manicómio.

Posteriormente, efectuadas obras de restauro do edifício, o Arquivo Geral do Exército foi reinstalado nos pisos devastados pelo incêndio, onde actualmente se mantém.

Resta dizer que a igreja e o convento de Chelas foram classificados como monumento nacional por decreto de 16 de Junho de 1910, publicado em 23 do mesmo mês, e que, curiosamente, na Torre do Tombo a documentação do arquivo do convento ali existente está classificada como pertencente ao Mosteiro de Santa Maria de Chelas, nome que ele nunca teve, pois foi sempre conhecido como São Félix de Chelas.

⁵⁶ Luís Gonzaga Pereira, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, prefácio de A. Vieira da Silva, Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927, pp. 282-283.

⁵⁷ José Meco, “Azulejaria”, *Roteiro da Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo* [...], pp. 127-133.

⁵⁸ Jorge Custódio, “Xabregas (Indústria)”, *Dicionário da História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas & Associados–Consultores Lda, 1994, p. 968.



Associação dos Arqueólogos Portugueses

